


TRADUZINDO IDEIAS: *BLACK SOCIOLOGY* E A MOBILIZAÇÃO INTELLECTUAL ANTIRRACISTA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL (DÉCADA DE 1970)

Translating ideas: Black Sociology and the anti-racist intellectual mobilization between the United States and Brazil (1970s)

Rafael Petry Trapp ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7475-2278>
E-mail: rafaelpetrytrapp@gmail.com

^a Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Barreiras, BA, Brasil

DOSSIÊ

Radical History em Contextos Globais

RESUMO

No transcorrer dos anos 1970, no contexto de formação do Movimento Negro contemporâneo no Brasil, um significativo trânsito de intelectuais e ativistas antirracistas negros tomou lugar entre os Estados Unidos e o Brasil. Com base em uma perspectiva transnacional, discutimos as relações estabelecidas nesse campo pelo sociólogo brasileiro Eduardo de Oliveira e Oliveira e a *Black Sociology* (Sociologia Negra) afro-americana em meados da década de 1970. A *Black Sociology* propunha uma abordagem teórica politicamente engajada e organicamente conectada às vidas e às aspirações políticas dos afro-americanos, visando reposicionar as vozes e centralizar as epistemologias de autores negros não como objetos, como fazia a *White Sociology* (Sociologia Branca), mas sim como sujeitos. Argumentamos que Oliveira traduziu (em eventos acadêmicos, textos e projetos institucionais) esses referenciais para o Brasil em uma proposta de Sociologia Negra que seria instrumento teórico para a mudança social e a criação de novas referências epistemológicas para os afro-brasileiros, um processo que ajudou a construir os fundamentos intelectuais das lutas políticas negras contemporânea no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Black Sociology. Raça. História afro-brasileira.

ABSTRACT

Throughout the 1970s, in the context of the formation of the contemporary Black Movement in Brazil, a significant transit of Black intellectuals and anti-racist social activists took place between the United States and Brazil. Based on a transnational perspective, we discuss the relations established in this field between the Brazilian sociologist Eduardo de Oliveira e Oliveira and African American Black Sociology in mid-1970s. Black Sociology proposed a theoretical approach politically committed and organically connected to the lives and political aspirations of African-Americans, aiming to reposition the voices and centralize the epistemologies of Black authors not as objects, as White Sociology did, but as subjects. We argue that Oliveira translated (in academic events, articles, and institutional projects) this references for Brazil into a proposal of a *Sociologia Negra* that would be a theoretical instrument for social liberation and the creation of new epistemological references for Afro-Brazilians, a process that helped to build the intellectual foundations of contemporary Black political struggles in Brazil.

KEYWORDS

Black Sociology. Race. Afro-Brazilian History.



A formação do movimento negro contemporâneo no Brasil, ao longo da década de 1970, foi marcada por um importante trânsito de intelectuais e ativistas antirracistas negros e brancos entre os Estados Unidos e o Brasil (PEREIRA, 2010). As trocas culturais, políticas e intelectuais entre esses dois espaços de experiência histórico-social afro-diaspórica ajudaram a questionar o discurso da democracia racial (GUIMARÃES, 2002) e a fortalecer o discurso político negro brasileiro.

Com inspiração em um olhar teórico transnacional (COSTA, 2006; PEREIRA, 2010), o presente artigo objetiva discutir as – pouco conhecidas – reverberações na esfera do antirracismo político-intelectual entre o trabalho do sociólogo brasileiro Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-80) e as perspectivas da chamada *Black Sociology* (Sociologia Negra) afro-americana, em meados da década de 1970, quando tomou contato com o livro fundador desse campo, a coletânea *The Death of White Sociology (A Morte da Sociologia Branca)*, em viagem para os Estados Unidos, em 1974. A *Black Sociology* se originou sob a influência do movimento *Black Power* em universidades norte-americanas a partir, sobretudo, do final dos anos 1960. Os intelectuais afro-americanos que a construíram como uma área específica da Sociologia propunham uma abordagem de ciência social engajada e conectada organicamente às vidas e às lutas políticas dos negros americanos, visando reposicionar as vozes e centralizar as epistemologias de autores negros não como objetos, como fazia a *White Sociology*, mas sim como sujeitos. A *Black Sociology* procurava estabelecer contranarrativas dissidentes para abarcar o pensamento social negro e a diáspora africana em sua diversidade, de modo a reorganizar a produção social do conhecimento de formas críticas e antirracistas.

Entre as décadas de 1960 e 1970, em pleno período de repressão da ditadura militar ao debate racial público, Oliveira foi um ativo intelectual no trânsito de pessoas e ideias entre os Estados Unidos e o Brasil, coletando informações, construindo conhecimentos e erigindo pontes no espaço cultural das experiências negras desses dois paradigmáticos países. Viajou várias de vezes para os Estados Unidos em sua trajetória, travando contato com acadêmicos e intelectuais negros (e brancos) norte-americanos, realizando pesquisas em arquivos e divulgando a movimentação político-cultural negra e antirracista que se constituía no Brasil.

Argumentamos que seus esforços intelectuais em seminários e produções acadêmicas como a Quinzena do Negro da USP, em 1977, traduziram culturalmente elementos da *Black Sociology* afro-americana para a experiência racial brasileira, elementos que se encontram na base histórica das políticas antirracistas contemporâneas no Brasil. Oliveira imaginou uma Sociologia Negra que seria um manancial de instrumentos teóricos para a mudança social e a criação de novas referências epistemológicas para os afro-brasileiros, processo de tradução sociológica que marcou as lutas políticas dos movimentos negros nos anos 1970.

Nascido no Rio de Janeiro em 1924, Oliveira foi ativista, músico, professor, e, sobretudo, sociólogo negro. Nos anos 1950, mudou-se para São Paulo, onde, posteriormente, entre 1960 e 1964, estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Em 1972, iniciou o mestrado em Sociologia nesta mesma universidade. Sua pesquisa *Ideologia Racial: estudo de relações raciais* enfocava a subjetividade negra no Brasil da perspectiva de um pesquisador-sujeito identificado como negro ao “objeto” ou “campo” de estudo; queria, ainda, entre outras coisas, demonstrar uma universalidade das experiências histórica e sociológica negra nas Américas. Em 1974, na sequência da qualificação, passou ao doutoramento em Sociologia na USP, um trabalho que todavia não foi concluído (TRAPP, 2020).

No transcurso da década de 1970, organizou exposições sobre negritude no Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1973; em 1976, no MASP, idealizou o ciclo de eventos

“O Negro na Vida Americana: da Independência aos nossos dias”; em 1977, organizou a mencionada Quinzena do Negro da USP, série de palestras, exposições e conferências nos quais participaram acadêmicos negros do Brasil e dos Estados Unidos; ainda em 1977, com Beatriz Nascimento e Clóvis Moura, coordenou o simpósio “Brasil Negro”, na 29ª da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Seu trabalho cultural, político e intelectual – basicamente na Sociologia – distinguiu-se pela preocupação de se entender e analisar o negro, ao modo da *Black Sociology*, como sujeito. Um dos motes da Quinzena do Negro refletiu essa preocupação: “Esta quinzena, às vésperas dos 90 anos da abolição da escravatura [...] caracteriza-se por um aspecto que nos parece da maior relevância – revelar o negro como criatura e criador. Numa palavra: Sujeito” (OLIVEIRA, 1977 apud ARAÚJO, 2001, p. 287). O objetivo principal do artigo é explorar os aportes da *Black Sociology* afro-americana na construção dessa noção teórica de *sujeito* pela análise de aspectos do pensamento social e da ação político-intelectual de Eduardo de Oliveira e Oliveira.

OS AFRICAN AMERICAN STUDIES (1968-1974)

A década de 1960 foi turbulenta nos Estados Unidos. No Brasil, vigorava igualmente uma agitação social e política que levaria ao golpe de 1964. Nos Estados Unidos, contudo, era a reação a uma questão social profunda que, ao menos desde os anos 1950, desatara a turbulência: o racismo. Os Movimentos pelos Direitos Civis, especialmente dos negros no Sul do país, que viviam sob a sombra da segregação racial e da sistemática exclusão, foram os catalizadores das lutas que desafiaram as restrições à igualdade e oportunidades socioeconômicas.

Dos anos 1950 até, aproximadamente, metade da década seguinte, protestos varreram as cidades americanas em todas as regiões. Um dos principais líderes negros, Martin Luther King, ganharia o Prêmio Nobel da Paz, em 1964, por sua atuação política baseada na filosofia da não violência. No início de 1960, outras correntes políticas e de pensamento, questionando pressupostos dos Movimentos pelos Direitos Civis, entrariam em cena. Uma dessas correntes estaria na origem do ambiente político-acadêmico que abrigaria a *Black Sociology*: o *Black Power Movement*. Ao contrário da luta por direitos civis e pela integração racial, pautada por ideais de moderação política e não violência, o movimento Black Power pretendia estabelecer uma nova consciência racial nos Estados Unidos, através da luta pela igualdade social e o empoderamento negro. Mais do que o fim da segregação racial, seus integrantes queriam ocupar espaços de poder através de práticas políticas e da construção de instituições que promovessem valores culturais negros e servissem aos interesses reais do povo afro-americano e de outros povos e grupos descendentes da diáspora africana pelo mundo.

Sob a influência do *Black Power Movement*, um departamento de *Black Studies* foi criado em 1969, na Universidade Estadual de São Francisco. Nos anos seguintes, surgiram centenas de instituições similares. Para Fabio Rojas (2007), as condições de possibilidade de seu surgimento foram a ação dos movimentos negros e a desarticulação da segregação legal. Havia o “[...] sentimento de que o currículo universitário precisava ser reformado, porque as universidades e disciplinas existentes não estavam preparadas para lidar com a cultura negra de forma significativa” (ROJAS, 2007, p. 28, tradução nossa). A disciplina de *African American Studies* constituiu-se para investigar as experiências de vida dos afro-americanos e da diáspora africana pelo mundo em termos históricos, culturais, políticos, econômicos e intelectuais. Para William D. Smith (1971, p. 260, tradução nossa), da – também – nova área de *Ethnic Studies*, os *Black Studies* poderiam ser definidos:

Black Studies são uma maneira de ver as coisas; eles dizem respeito à negritude, consciência, relevância; as realizações passadas, presentes e futuras e os problemas dos negros; África e sua relação com os americanos negros; o aprendizado de necessidades e a aplicação vocacional dos Black Studies na comunidade negra; lutas de poder, independência política, social, psicológica e econômica para as populações negras; ocupam-se da libertação e orgulho negro, em educar a sociedade branca no que diz respeito ao racismo e aos mitos relativos aos negros; lidam com atitudes, o bem-estar, a história e a herança negra; e estão preocupados com a representação negra através da participação das comunidades, no sentido de seu amadurecimento.

A orientação voltada para o melhoramento concreto da vida dos negros e de suas comunidades é sublinhada na mesma época pelo historiador Maurice Jackson (1970, p. 134, tradução nossa): “Black Studies devem produzir insights acerca dos papéis históricos e contemporâneos dos negros, com o objetivo de fazer progredir a vida da comunidade negra”. Esse prolífico campo foi resultante da confluência entre antirracismo, protesto racial, demandas comunitárias e mudanças sociais.

No final de 1974 e início de 1975, Eduardo de Oliveira e Oliveira foi convidado pelo *Institute of International Education*, uma organização estatal americana de fomento ao intercâmbio educacional e acadêmico internacional, na qualidade de especialista em relações raciais, para pesquisar e aprofundar conhecimentos da sociedade e da história dos Estados Unidos (TRAPP, 2020). Nessa viagem, conheceu e entrou em contato com alguns dos principais núcleos da nascente área de estudos que, dali em diante, procuraria estimular no contexto brasileiro. É depois dessa viagem que um enfoque direcionado a um domínio maior de experiências históricas, incluindo a afro-americana, passará a gravitar em seu pensamento e suas ações intelectuais no seio dos movimentos negros no Brasil.

THE DEATH OF WHITE SOCIOLOGY (1973)

Em 14 de maio de 1974, o africanista francês René Lemarchand, em carta para Oliveira, responde: “Não, para meu grande pesar, não li ‘The Death of White Sociology’, mas espero corrigir em breve esta lacuna. Qual é o nome do editor?” (LEMARCHAND, 1974, p. 1). Era uma editora: Joyce Ladner. A socióloga afro-americana organizou em 1973 o livro *The Death of White Sociology*, coletânea de ensaios que condensava ideias que teriam impacto no Brasil através da leitura que o sociólogo brasileiro realizou dessa obra na última metade da década de 1970, leitura que faria parte da fundamentação intelectual e política da construção do novo ativismo negro em São Paulo desse período (PEREIRA, 2010; TRAPP, 2020).

A proclamada morte da Sociologia Branca era prenúncio de uma nova visão nas Ciências Sociais: seria preciso conceber, através do trabalho dos sociólogos negros, uma “*Black Sociology*”. Ladner afirma que o campo da Sociologia Negra surgiu como uma reação aos preconceitos e às deficiências do que ela define como “*White Sociology*” burguesa e liberal. Nos Estados Unidos, do final do século XIX ao início do século XX, a perspectiva dominante da Sociologia era abertamente racista –, como no Brasil, os cientistas sociais queriam provar a suposta inferioridade racial de negros. Com o declínio de prestígio na opinião pública e a perda de legitimidade acadêmica do racismo científico na primeira metade do século XX, especialmente pelas consequências do racismo de Estado nazista no Holocausto Judaico, a Sociologia abandona gradativamente o conceito biodeterminista de raça.

Entretanto, perante os acadêmicos afro-americanos que se estabeleciam nos departamentos de *African American Studies*, esta segunda etapa da Sociologia Branca havia falhado em lidar com a história e a cultura negras, estigmatizando as experiências – passadas e presentes – dessa população como “desorganizadas, patológicas, de um grupo aberrante” (LADNER, 1973a, p. 21, tradução nossa). Essa avaliação seria reeditada e traduzida intelectualmente no Brasil pouco tempo depois, através da crítica de Eduardo de Oliveira e Oliveira e Beatriz Nascimento à Escola Sociológica Paulista, como veremos.

Ladner (1973a) identifica um exemplo acabado dessa visão no livro *Beyond the Melting Pot*, no qual Nathan Glazer e Daniel Moynihan sustentavam que o negro americano era um “americano”: “ele [o negro] não tem valores e cultura para guardar e proteger” (GLAZER; MOYNIHAN, 1965, p. 53, tradução nossa). Esse tipo de perspectiva refletia relações de poder e a ideologia racial dominante na sociedade americana. Essa Sociologia teria excluído “a totalidade da existência negra de suas grandes teorias, exceto na medida em que ela *desviou* das ditas normas” (LADNER, 1973a, p. 23, grifo do autor, tradução nossa). Em um dos capítulos do livro, *White Norms, Black Deviation (Normas brancas, desvio negro)*, o escritor Albert Murray (1973, p. 99-100, tradução nossa) defende que tais estudos sutilmente atualizavam a supremacia branca sob a roupagem de ciência social moderna e progressista, sendo “exemplo do uso de pesquisas em Ciências Sociais como veículo de propaganda para promover uma imagem negativa da vida do negro nos Estados Unidos”.

Negando radicalmente essa postura, a Sociologia Negra era um trabalho para estabelecer definições elementares, conceitos e teorias que levassem em conta as histórias, as experiências de vida e as especificidades da população afro-americana. Esse campo tinha seus antecedentes, como o sociólogo W. E. B. Du Bois (1868-1963), autor de *The Souls of Black Folk* (1903) e que, ainda em 1897, sugeria a criação de centros de pesquisas sociológicas sobre o negro. Du Bois (1940, p. 6, tradução nossa) advogou por uma Sociologia a serviço de sua comunidade e da transformação social: “Eu me determinei a conjugar a ciência na Sociologia através de um estudo das condições e problemas do meu próprio grupo”.¹

O sociólogo Nathan Hare (1973, p. 68, tradução nossa), no capítulo “The Challenge of a Black Scholar”, afirmou que o acadêmico negro deveria “descolonizar sua mente para que ele possa efetivamente guiar outros intelectuais e estudantes em sua busca por liberdade”. Criticando com veemência os intelectuais da burguesia negra – que dominavam os *Black Colleges* (universidades negras)² nos Estados Unidos –, ele diz que os afro-americanos deveriam ocupar as universidades brancas de elite, em busca de uma ideologia política e de uma teoria da ação. Hare representava uma nova geração de universitários, que, informada pela retórica política do movimento *Black Power*, elevou o pragmatismo sociológico de Du Bois para outro patamar. De um lado, rejeita a objetividade e a neutralidade dos estudos de relações raciais, sugerindo teorias baseadas na subjetividade do pesquisador negro para solapar as normas da Sociologia Branca; de outro, estabelece o imperativo dos sociólogos negros estarem conscientes da função social do conhecimento,

¹ O sociólogo Aldon Morris, em seu *The Scholar Denied: W. E. B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology* (2015) procurou situar a Escola de Atlanta, desenvolvida por Du Bois no início do século XX, como perspectiva fundante da Sociologia Americana, ao lado da Escola de Chicago, de Robert Park (visão contemporaneamente reconhecida, por sinal, pela própria American Sociological Association). Morris indica que Du Bois, a despeito de sua importância, foi um “acadêmico negado” na constituição do cânone sociológico norte-americano, que não deixou de ser atravessado, entre outros aspectos, por dimensões raciais, e que sociólogos como Robert Park agiram subterraneamente para marginalizar suas contribuições teóricas para o campo da Sociologia.

² Também conhecidos como *Historically Black Colleges and Universities* (HBCU).

devendo não só “desenvolver uma nova ideologia com as metodologias apropriadas, mas levantar novas e sérias questões mesmo quando ele não pode achar as respostas imediatamente” (HARE, 1973, p. 76-7, tradução nossa).

Como, então, seria definida essa perspectiva? O historiador Robert Staples (1973, p. 168, tradução nossa), que foi cofundador do periódico *The Black Scholar* em 1969, importante canal de divulgação da Sociologia Negra, coloca a questão:

A Sociologia negra baseia-se na premissa de que brancos e negros nunca compartilharam, em nenhuma grande medida, o mesmo espaço físico ou experiências sociais. Pessoas em diferentes posições se relacionam umas com as outras e com o espaço físico de forma diferente. O resultado é um diferente padrão de comportamento, uma configuração que deveria ser analisada da perspectiva do oprimido – não do opressor. Tal análise constitui a Sociologia negra. Se a Sociologia branca é a ciência da opressão, a Sociologia negra deve ser a ciência da libertação.³

Essas definições dialogavam em parte com a Sociologia do Conhecimento europeia. Karl Mannheim e Karl Marx são tidos por muitos dos autores do livro como cientistas sociais críticos que, a despeito de serem europeus (e brancos), deveriam ser utilizados pela Sociologia Negra. Porém, poderiam ser vistos com reserva, especialmente Marx e o marxismo: o autor por seus comentários racistas em vários momentos de seus escritos e cartas; e as teorizações marxistas, pelo seu etnocentrismo. É o que alega o sociólogo Dennis Forsythe (1973, p. 227, tradução nossa), em seu texto “Radical Sociology and Blacks”. O autor ressalta, apoiado em Franz Fanon e suas “tentativas de transcender os limites do Marxismo levando em conta a situação do negro”, o etnocentrismo do marxismo, mas diz também que, pelo exame da “Sociologia branca radical”, desmistificou a “Ciência Social burguesa”. Porém, cabia à Sociologia Negra trazer “a singularidade da experiência negra e assegurar que o conhecimento reunido sobre os negros [seria] usado para a mudança, ao invés de controle” (FORSYTHE, 1973, p. 233, tradução nossa).

Outro ponto essencial era o da posicionalidade do pesquisador negro como um observador envolvido. O psicólogo social Kenneth B. Clark, no texto “Introduction to an Epilogue”, que era a introdução do seu livro *The Dark Ghetto*, de 1965, um estudo de comunidade centrado na vida dos afro-americanos no Harlem, em Nova York, discute o assunto. Clark, que, juntamente com sua companheira, a psicóloga Mamie Clark, aplicou o teste das bonecas no caso *Brown v. Board of Education*, em 1954, foi socializado no Harlem, experiência primordial em sua subjetividade:

Mas eu não poderia estar totalmente distanciado como um acadêmico ou um participante. Mais de quarenta anos da minha vida tinham sido vividos no Harlem. Eu iniciei a vida escolar nas escolas públicas do Harlem. Eu primeiro aprendi sobre as pessoas, sobre amor, sobre crueldade, sobre sacrifício, sobre covardia, sobre coragem, sobre pretensiosidade no Harlem. Nos muitos anos anteriores ao momento em que retornei como um “observador envolvido”, o Harlem tinha sido minha casa. [...] Em um sentido muito real, portanto, *Dark Ghetto* é a soma de minhas experiências pessoais de toda uma vida e minhas observações como um prisioneiro dentro do gueto (CLARK, 1973, p. 402, tradução nossa).

O autor diz que o observador envolvido se difere do “observador participante” da Antropologia, pois, além de ter de comungar dos rituais e costumes das pessoas que se

³ Cf. também: STAPLES, Robert. *Introduction to Black Sociology*. New York: McGraw-Hill, 1976.

dedica a estudar, acaba sendo interpelado em seus motivos pessoais para a pesquisa e se vê inapelavelmente envolto nas competições e tensões sociais intrínsecas às relações raciais. Deste modo, o observador envolvido assume os riscos de “entrar na competição por status e poder, e não pode escapar das turbulências e conflitos inerentes a essa luta” (CLARK, 1973, p. 403, tradução nossa). Essa “pesquisa sociológica subjetiva” é também objeto das preocupações novamente de Joyce Ladner, em seu capítulo “Tomorrow’s Tomorrow: the Black Woman”, que discute as condições subjetivas da socióloga como uma observadora participante e apaixonada, a exemplo de Kenneth Clark. Ladner confrontava a noção do negro como um *desviante*. Ela explica que não poderia jamais fazer o papel de “cientista imparcial”, pois havia sido “altamente influenciada por [sua] negritude” ao longo de sua vida e socialização. A autora postula que os estudos referentes à comunidade afro-americana, ao invés de serem conduzidos pelos problemas de uma “comunidade desviante”, deveriam ser redefinidos a partir do “problema do racismo institucional” (LADNER, 1973b, p. 419, tradução nossa). Segundo a autora:

A inabilidade para ser *objetivo* em analisar a pobreza, o racismo, as doenças, a autodestruição e a gama de problemas enfrentados por essas mulheres apenas espelha um problema mais amplo na pesquisa social. Ou seja, em que medida qualquer cientista – branco ou negro – deveria considerar como seu o dever de ser um observador imparcial e não intervir, quando possível, para melhorar muitas das destrutivas condições que ele estuda (LADNER, 1973b, p. 422, grifo da autora, tradução nossa).

Essas reflexões encontram eco no texto conclusivo da coletânea. O cientista político Charles V. Hamilton (1973, p. 474, tradução nossa) reflete sobre a importância de estudar não apenas a comunidade negra, mas igualmente a “natureza econômica e sociopolítica total da sociedade, no sentido de apontar suas contradições e traçar alternativas viáveis de políticas para a mudança”. A *Black Sociology* se destacava pelo seu caráter politicamente engajado e pragmático.

O movimento da Sociologia Negra, acompanhando o outono do *Black Power*, não foi muito além do final da década de 1970, nos Estados Unidos. Todavia, apesar de diferenças e tensões internas, expressas na pluralidade dos diferentes capítulos do livro *The Death of White Sociology* acerca dos conceitos definidores desta nova Sociologia e de qual perspectiva teórica seria a mais adequada para refletir as experiências dos afro-americanos (GEARY, 2015), este movimento questionou o *mainstream* sociológico da época sobre questões de raça em alguns de seus pressupostos mais caros.

Esses acadêmicos afro-americanos talvez não o tenham sabido, mas suas vozes foram ouvidas no Brasil alguns anos depois. Entre 1977 e 1979, Eduardo de Oliveira e Oliveira traduziu a *Black Sociology* em uma série de textos, projetos, simpósios universitários e atividades públicas. Ele e outros intelectuais negros, como a historiadora Beatriz Nascimento e o sociólogo Clóvis Moura, farão também uma crítica da “Sociologia Branca” – e da Historiografia branca (ASSUNÇÃO; TRAPP, 2021) – brasileira, encarnada pela Escola Sociológica Paulista, desenvolvida na USP entre os anos 1950 e 1960 (BASTOS, 2002), em termos afins aos da *Black Sociology*.

Na companhia de antigos e jovens ativistas e universitários negros, tanto em São Paulo quanto em Niterói – onde desenvolvia trabalhos como Grupo André Reouças, da Universidade Federal Fluminense (UFF) (SILVA, 2018) –, junto a professores da Universidade de São Paulo e em diálogo com acadêmicos dos Estados Unidos, o sociólogo lançou inquietações que constituíram as bases de um projeto epistemológico para o negro no Brasil: o que ele chamou justamente, em 1977, de Sociologia Negra.

A QUINZENA DO NEGRO DA USP (1977)

No dia 15 de julho de 1977, foi ao ar, na TV Cultura, o documentário *O negro, da senzala ao soul*. Nos momentos iniciais do documentário, o jornalista Paulo Roberto Leandro, ele mesmo negro, afirma que no “contato com as fontes de informação, da convivência com pessoas e ideias da Quinzena, a filmadora foi rodando livremente [...], as pessoas foram abrindo o coração para externar coisas muito íntimas, e compor um quadro do pensamento negro no Brasil de hoje”. Ainda nas palavras de Leandro, o que se apresentava no videotape eram “negros falando de negros, negros falando de brancos e uma nova visão do problema racial” (LEANDRO, [1977]).

O negro, da senzala ao soul registrou diversos debates da Quinzena do Negro da USP e retratou o processo de rearticulação do movimento negro no Brasil no final da década de 1970, principalmente em São Paulo. A produção abordou o racismo, o cotidiano e a realidade das relações raciais, a família negra, o papel do samba na comunidade negra, e, como evidencia o título, a importância que o *soul* assumiu para a juventude afro-brasileira do período como aglutinador do sentimento de orgulho racial e fermentador político da consciência negra que se organizava.

Foram colhidos depoimentos de populares, além de entrevistas com antigos militantes, como José Correia Leite, e alguns intelectuais negros envolvidos na Quinzena do Negro, como Hamilton Cardoso, Beatriz Nascimento e seu idealizador. Indagado pelo jornalista e diretor Gabriel Priolli Neto no início do documentário, Oliveira diz que o objetivo primordial do evento foi “trazer o negro para o centro de interesse e preocupações, mesmo que por 15 dias, para fazer que ele [...] deixasse de ser invisível, que só aparece no carnaval ou no futebol, para ser apresentado como homem, como criatura e criador” (OLIVEIRA, 1977b). Em alusão ao sentido pragmático do conhecimento sociológico que se queria apresentar e fazer, ele diz:

Isso foi um aspecto fundamental que nós quisemos dar durante essa Quinzena, porque geralmente os trabalhos são feitos sobre o negro, mas não se pensa em que este trabalho pode ser apresentado e pode ser também usado de uma perspectiva prática, do ponto de vista do próprio negro. Geralmente as pesquisas são feitas, mas sem pensar que essa pesquisa deve ser voltada para a experiência do negro atual, para seus problemas atuais, que ela tenha um cunho prático de servir ao negro. Geralmente serve mais ao cientista (OLIVEIRA, 1977b).

Com esses objetivos e preocupações, Oliveira reuniu acadêmicos negros e brancos na Faculdade de Psicologia da USP. Os acadêmicos negros eram Beatriz Nascimento e Clóvis Moura, além do linguista Jonas de Araújo Ramalho e da historiadora Maria Célia Viana. Os outros conferencistas (brancos) eram as brasileiras Maria Stella Bresciani e Irene Barbosa, a americana Joan Dassin e os argentinos radicados no Brasil Carlos Hasenbalg e Joana Elbein dos Santos.

Foi organizada também uma “Mesa Redonda com Universitários Afro-brasileiros”. Rafael Pinto (1977, p. 2). que cursava Ciências Sociais na USP e que um ano mais tarde seria um dos articuladores do Movimento Negro Unificado (1978), afirmou “uma posição bastante clara contra a forma como são levados os estudos negros, o seu caráter intelectualista, ou seja, desligado da realidade do negro como também a própria forma como se utilizam da cultura negra como forma de status”, e que existia entre a militância antirracista uma preocupação em levar a discussão sobre os problemas raciais brasileiros para toda a comunidade negra.

Em entrevista para o *Jornal do Brasil*, Eduardo de Oliveira e Oliveira informa que a Quinzena seria prenúncio de um trabalho mais amplo para o ano de 1978, quando se

comemorariam os 90 anos da abolição, tendo como baliza a seguinte interrogação: “que destino devem tomar os descendentes de escravos?” (UMA RAÇA EM BUSCA..., 1977, p. 4). Nessa confrontação da memória social negra, ele diz que “a memória dominante, que por questões históricas fizeram da cultura um atributo de elite [...], se afasta de uma identificação e compromisso com essa grande parcela da realidade nacional que é o negro brasileiro” (OLIVEIRA, 1977a apud ARAÚJO, 2001, p. 287), alienando-o de sua identidade histórica e negando-lhe social e epistemologicamente a condição de sujeito.

O posicionamento do negro como sujeito do processo histórico e da escrita da história é enfatizado igualmente por Beatriz Nascimento, em sua conferência “Os quilombos na historiografia brasileira”, na Quinzena do Negro. Em *O Negro, da senzala ao soul*, ela critica os historiadores brasileiros que, ao menos até aquele momento, prestavam atenção ao negro primordialmente como escravo, trabalhador braçal e objeto de repressão e de violência, caso da historiografia do quilombo. “A história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas”, ela diz. “Tanto o negro quanto o índio, os povos que viveram aqui juntamente com o branco, não têm a sua história escrita, ainda” (NASCIMENTO, 1977), enfatiza a historiadora. Haveria, como ela propunha, de se pensar o afro-brasileiro também como um homem livre, a exemplo da história dos processos de alforria no contexto escravista e dos quilombos no pós-abolição.

Poucos documentos restaram do conteúdo das conferências e dos debates do evento. No entanto, em que pese os fotogramas de *O negro, da senzala ao soul*, o acervo de Eduardo de Oliveira e Oliveira depositado na Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos (SP), preservou um rascunho de sua conferência apresentada na Quinzena do Negro, denominada *Etnia e Compromisso Intelectual*. O autor traçava um plano sociológico que implicava, na disposição de sua arquitetura intelectual, uma recusa dos padrões de análise social do negro à época vigentes, uma problematização das relações do intelectual com as Ciências Sociais – no que diz respeito à questão racial –, uma postura de enfrentamento e intervenção do cientista social frente aos problemas da sociedade e a busca, em última instância, de uma “teoria da ação” para o negro brasileiro. Um projeto epistemológico reverberando os princípios da *Black Sociology* começava a se desenhar a partir desse momento.

O autor inicia sua reflexão dizendo que, mesmo já se tendo conquistado a Lua, e como se os problemas da humanidade estivessem resolvidos, era lamentável “estarmos reunidos, numa ‘Quinzena do Negro’, nada mais nada menos, do que para se falar de negros, estando implícito nisto a ideia de que ainda é preciso este tipo de coisa para reivindicarmos nossa condição de homens” (OLIVEIRA, 1977c, p. 1). A consciência da condição racial era um requisito fundamental para o situar do negro enquanto presença no mundo e para aquilatar ao mesmo tempo a leitura e a análise sociológica de seu posicionamento discursivo no oceano do social.

Algumas perguntas elementares são lançadas: o que é e quem é o intelectual negro na sociedade brasileira? Quais são seus deveres e responsabilidades? Tais indagações, fruto do que “vimos ultimamente tentando compreender e situar... Cinco anos (com altos e baixos) de dedicação plena...” (OLIVEIRA, 1977c, p. 6) – uma referência a seu doutorado –, são acompanhadas pela afirmação de que “a libertação do negro (social, cultural, política, econômica) não é possível sem uma teoria das condições dessa libertação, isto é, sem uma ciência (que tipo de ciência) das formações sociais” (OLIVEIRA, 1977c, p. 6-7).

Oliveira investe em desenvolver nas Ciências Sociais brasileiras novos marcos de referência e novas conceptualizações que transcendessem os limites dos “conceitos brancos”, em uma ofensiva intelectual contra a “falsa universalidade” (OLIVEIRA, 1977c, p. 9) desses conceitos, uma linguagem teórica inspirada pela *Black Sociology*. A dupla perspectiva de raça e classe, uma constante em seu pensamento ao longo dos anos,

evidencia-se na visão da Sociologia como existente “num universo onde a cor e a etnicidade, e a classe social são de primordial importância, sendo impossível para esta sociologia manter uma neutralidade valorativa em sua abordagem” (OLIVEIRA, 1977c, p. 10).

A essa crítica da neutralidade científica na Sociologia brasileira – embora o autor não nomeie abertamente obras e autores – se desdobrava o imperativo de engendrar “premissas básicas, pautas, preocupações e prioridades, que podem ser úteis àqueles que têm interesse em entender e aplicar esses elementos a seus trabalhos...” (OLIVEIRA, 1977c, p. 10). Eco de *The Death of White Sociology*, acompanhamos ainda:

É preciso que se considere, primeiramente, então, o que é e o que significa a sociologia geral, que não vê que o negro brasileiro é um herdeiro negro, com valores e uma cultura a proteger, e que eles [os negros] são sempre medidos contra um grupo de normas e valores estranhos... alheios... Como resultado, são considerados como um desvio do modelo ambíguo da classe-média branca, modelo este que também não é sempre claramente definido...

É possível que o autor estivesse desafiando interpretações das obras mais avançadas da Escola Sociológica Paulista, como as do sociólogo (branco) Florestan Fernandes: “Geralmente o que acontece é que os negros [...] são obrigados a estudar e terem cursos sobre desvio, desorganização social e problemas sociais, cursos esses que são dados definindo os negros como os perpetradores e criadores de uma patologia social, e não suas vítimas...” (OLIVEIRA, 1977c, p. 10). Os subtítulos do capítulo segundo de *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), livro mais paradigmático de Fernandes nos estudos raciais, a saber “Pauperização e anomia social”, “O ‘déficit negro’”, “Os diferentes níveis da desorganização social”, “Efeitos sociopáticos da desorganização social”, não deixam dúvidas quanto aos destinatários da crítica de Oliveira. Sem adentrarmos nas características gerais e específicas das análises de Florestan Fernandes e das outras várias obras da Escola Sociológica Paulista (BASTOS, 2002) observamos que as indagações de Oliveira se debruçam sobretudo nas potencialidades e efeitos práticos desses estudos, que criavam e perpetuavam “uma visão falsa do negro produzindo, quando muito, liberais paternalistas brancos, que no máximo se sentirão culpados da condição dos negros...” (OLIVEIRA, 1977c, p. 11).

O autor questiona se a Sociologia brasileira de sua época estaria fazendo análises social e politicamente relevantes, condizentes com seus propósitos. Que tipo de resposta dava o graduando negro ao ambiente acadêmico da Sociologia e como seu treinamento nas Ciências Sociais o ajudava no entendimento de seus próprios problemas? O protagonista dessas inquietações era o intelectual negro:

Daí o papel do intelectual negro... E como comportar-se...? Que pergunta se deve fazer a ele em geral, e em particular ao sociólogo? Resposta de Nathan Hare... Libertar-se da “repetição” estéril: o intelectual é um homem que contribui com ideias originais, novos insights, levando novas informações ao fundo já existente do conhecimento... O intelectual negro é uma espécie a parte... recaindo sobre seus ombros uma enorme tarefa... Ele deve descolonizar sua mente de maneira que possa guiar efetivamente outros intelectuais e estudantes, em sua procura da libertação... E já é tempo de estudar-se o branco... (OLIVEIRA, 1977c, p. 12; [grifos no original](#)).

A sugestão de se estudar o branco também está presente em sua entrevista ao *Negro, da senzala ao soul*. Na medida em que o negro consolidava um conhecimento de si, poderia fazer um trabalho “não só de educar-se como também educar o branco”, pois

era preciso “que nós brancos e negros nos eduquemos juntos, para conhecer, afinal de contas, nossa história”, especialmente a história do negro, que havia sido relegada a segundo plano porque os negros, “os fatores dessa história, não tínhamos ainda condições de querer revelá-la” (OLIVEIRA, [1977b]).

A ideia não era exatamente nova no Brasil. O sociólogo Guerreiro Ramos, em 1954, havia diagnosticado de seu lugar epistêmico afro-brasileiro os estudos sobre o negro como fruto de uma “patologia social do branco”, pois foi o branco que historicamente estabeleceu sua cor/raça como norma e a partir disso considerou o negro como um desvio ao modelo racial visto como padrão valorativo.

A historiadora Beatriz Nascimento, em 1974, também se contrapôs ao campo intelectual brasileiro nessa mesma direção. No artigo “Por uma história do homem negro” ela identifica em Florestan Fernandes “um dos trabalhos mais sérios sobre o negro no Brasil”, mas adverte que “este tipo de abordagem, rico em dados, em números, leva a que alguns estudiosos, e mesmos aqueles que buscam somente nestes trabalhos um conhecimento maior da nossa problemática, constatem somente o negro de uma perspectiva social” (NASCIMENTO, 2018 [1974], p. 45). Ela criticava a falta de discussão do negro do ponto de vista racial, e contestava pesquisas que perpetuavam “teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial” e, “mais grave ainda, [criando] novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade” (NASCIMENTO, 2018 [1974], p. 45). Assim como Oliveira, embora não precisamente nos mesmos termos, a historiadora realizava uma crítica às disciplinas da Sociologia e da História que era análoga – e que acontecia praticamente na mesma época – àquela dos afro-americanos da *Black Sociology* à Sociologia Branca norte-americana da primeira metade do século XX.

UMA CIÊNCIA PARA O NEGRO

Pouco tempo depois da *Quinzena do Negro*, outro momento canalizou a discussão da questão racial brasileira nos termos da *Black Sociology* vocalizada por Eduardo de Oliveira e Oliveira. Trata-se do simpósio “Brasil Negro”, coordenado por Oliveira e Clóvis Moura na 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na PUC-SP, entre 6 e 13 de julho de 1977.

As reuniões da SBPC eram, durante o Regime Militar, importantes fóruns de discussão não apenas científica, mas também política. Foi em um clima de agitação científica e política que a questão negra foi levada para a SBPC nesse ano. A mesa na PUC-SP foi dividida com Clóvis Moura, sociólogo que se notabilizara, entre diversas publicações, com a obra *Rebeliões na Senzala* (1959), na qual o negro quilombola, rebelde e insurreto existia e atuava de forma não meramente reificada, mas como sujeito do processo histórico. Em 1977, publicou o livro *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* Foi esse o título de sua apresentação na SBPC. Uma matéria dimensionou a perspectiva que o sociólogo piauiense quis trazer ao simpósio: “Moura parte da análise das relações do sistema produtor para situar o negro na sociedade brasileira, procurando demonstrar com estatísticas como se desenvolve sua alienação”. Se Moura via o negro – nesse momento – inserido em relações socioeconômicas gerais, Oliveira propunha analisá-lo de *dentro*. Essa era a estrutura conceitual da conferência “De uma ciência Para e não tanto sobre o negro”,⁴ que consiste em um dos textos mais importantes de sua produção intelectual.

O acervo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) preservou um dos esboços prováveis, amarelado pelo tempo, desta apresentação na SBPC, intitulado inicialmente “De uma ciência Para e não tanto Sobre as minorias”. Ele define suas

⁴ Grifos conforme o original.

preocupações como atinentes às “minorias negras” no Brasil, em uma “perspectiva negra do problema”, na qual “o conteúdo da experiência negra se torne uma parte vital desta sociologia, da história, da ciência política e da economia que se vem estudando” (OLIVEIRA, 1977d, p. 1). Diferentemente desse rascunho, Oliveira usou o termo “negro” na conferência oficial, e não “minorias”.

Há pouca diferença, considerando a estrutura de suas ideias, entre “De uma ciência Para e não tanto sobre o negro” e o texto “Etnia e Compromisso Intelectual”, apresentado na Quinzena do Negro da USP. O texto da SBPC, contudo, avança em alguns pontos que demandam atenção. A preocupação teórica e política elementar dizia respeito à “adequação ou não da sociologia geral [...] na abordagem do problema negro; ou este requer uma formulação paralela a esta sociologia, englobando-a, e que pode ser cognominada de ‘sociologia negra’?” (OLIVEIRA, 1977e, p. 1).

Na primeira parte, retoma-se *Etnia e Compromisso Intelectual*: a necessidade de uma visão pragmática nas Ciências Sociais acerca do tratamento científico da experiência do negro no Brasil, o questionamento da neutralidade do cientista social e a crítica à noção do negro como desvio. O autor se opõe ao dogmatismo dos trabalhos – não indicados – “sobre” o negro,⁵ muitos deles situados no binômio raça/classe, o que em sua opinião era um “tipo de reducionismo quase simplista que não define a natureza do problema além do estrito ponto de vista econômico” (OLIVEIRA, 1977e, p. 3). Tal argumento punha forçosamente em questão o marxismo, considerado etnocêntrico e insuficiente para uma análise mais integral do negro brasileiro. O nome do psiquiatra negro Franz Fanon é citado nesse ponto como alguém que “pretendeu transcender as limitações do marxismo levando em consideração a situação do negro” (OLIVEIRA, 1977e, p. 4). Todavia, sua relação com a obra de Fanon limita-se apenas, neste texto, a citar um trecho de um capítulo de *The Death of White Sociology*.

Falando em termos propositivos, Oliveira afirma ser necessário criar modelos alternativos de análise sociológica, em estudos “para” o negro que colocassem o seu destino “num marco mais amplo de referência humana” (OLIVEIRA, 1977e, p. 7). e não se dirigissem apenas para suas falências sociais. Descolonizadas e sintonizadas com os interesses das “classes oprimidas” (OLIVEIRA, 1977e, p. 10), as Ciências Sociais deveriam constituir um corpo de conhecimentos e fornecer uma “ideologia para as massas negras” (OLIVEIRA, 1977e, p. 9) brasileiras, ideologia esta articulada à análise social e às lutas políticas contra o racismo. E quem seriam os responsáveis por este trabalho? Aqueles identificados “com sua etnia ou classe social”, os “intelectuais negros (ou mesmo brancos), devotados à tarefa de esclarecer a natureza da experiência negra” (OLIVEIRA, 1977e, p. 10).

Outra sugestão sociologicamente interessante realizada nesta conferência diz respeito ao conceito de racismo, que ele considerava ainda não suficientemente desenvolvido pela sociologia brasileira de relações raciais. Segundo ele,

Através desse conceito, atinge-se a natureza essencial da ordem social como é percebida pelo negro. Enquanto os conceitos de preconceito e discriminação podem ser úteis ao nível analítico da teoria – porque são facilmente operacionalizáveis e quantificáveis – racismo é a descrição teórica mais apropriada do problema, precisamente por capturar o caráter

⁵ Abdias do Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro* (1978, p. 35, grifo do autor), criticando no mesmo ano a suposta esterilidade dos trabalhos dos membros da delegação brasileira no FESTAC em Lagos, em 1977, como os de Fernando Mourão, René Ribeiro e Yêda Pessoa de Castro, trazia argumento afins: “Tal ‘ciência’ em geral usa o afro-brasileiro e o africano como mero *material de pesquisa*, dissociado de sua humanidade, omitindo sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural do negro brasileiro. [...] tais ‘estudos’ vêem o negro apenas na dimensão imobilizada de *objeto*, verdadeira múmia de laboratório”.

qualitativo da opressão. Assim, a compreensão do problema escapa à teoria estática descritiva do preconceito e discriminação (OLIVEIRA, 1977e, p. 9).

O sociólogo chega a esta conclusão ao postular que os dois principais modelos de análise social do negro brasileiro consistiam no estudo de atitudes raciais – que focaliza o preconceito – e no exame de comportamentos – que se detém na discriminação. Citando “certo cientista social”, ele afirma que as abordagens eram “dois perfis diferentes da mesma cara, que é a face escondida do racismo”. Na frase seguinte, escreve à caneta, após riscar o trecho: “Adianta-nos certo cientista social” que “as teorias como preconceito e discriminação, fazem com que se olhem as árvores, ignorando a natureza essencial da floresta” (OLIVEIRA, 1977e, p. 9) – o racismo. É bem provável que essa crítica fosse uma tradução de ideias da *Black Sociology* para o Brasil. A hesitação ao indicar a correta autoria da citação – a qual não foi por nós encontrada na pesquisa –, evidente no texto datilografado, representa a dificuldade que ele talvez sentisse em se contrapor em termos tão incisivos e diretos aos trabalhos da Escola Sociológica Paulista – e o receio de ser visto como importador de teorias subversivas norte-americanas, o que era malvisto pela ditadura militar (PEREIRA, 2010).

A proposição do conceito de racismo é interessante também por evidenciar que a problematização deste tema circulava em meio à intelectualidade negra brasileira antes do – ou concomitantemente ao – momento de ser elaborada como eixo explicativo do livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Carlos Hasenbalg, publicado em 1979. Em novembro de 1977, em um seminário do Grupo André Rebouças da UFF, grupo do movimento negro de Niterói, Oliveira encontrou Hasenbalg e novamente Beatriz Nascimento. Na III Semana de Estudos do GTAR, Oliveira apresentou “Etnia e Compromisso Intelectual”, publicado no *Caderno de Estudos da Semana*. Embora tenha o mesmo título de sua conferência da Quinzena do Negro, a estrutura é diferente, mesmo que as ideias sejam parecidas.

Em que pese compartilhar um fundo conceitual comum e questões similares àquelas da conferência homônima da Quinzena e do texto “De uma ciência Para e não tanto sobre o negro”, no artigo apresentado em Niterói a ênfase recai na figura e o papel político do intelectual negro. No preâmbulo, podemos ler:

Este trabalho enquadra-se dentro de preocupações que têm por base uma Sociologia da Cultura [...] Brasileira. Na medida em que se faz necessário “descolonizar” o negro brasileiro, quando para sua liberação e progresso se faz necessário uma mudança, e como “mudar é mudar culturalmente, por um conjunto de valores que lhe são dados por sua cultura”, é preciso que a conheçamos, a critiquemos e a renovemos, para encontrar os meios que nos conduzem à ação necessária (OLIVEIRA, 1977f, p. 22).

Etnia e Compromisso Intelectual pensa como se relacionavam os afro-brasileiros com o mundo intelectual. Tratava-se de entender “[...] como se equaciona negro e intelectual – se é que se equacionam?”. Seria o negro, continua ele, “e particularmente o negro brasileiro, identificável com tal categoria, ou tem que reivindicar uma tal atribuição?” (OLIVEIRA, 1977f, p. 22). Determinadas articulações entre raça e educação começam também a se fazer presentes em suas reflexões nesse período. Se os critérios para o “reconhecimento do Ser intelectual” (OLIVEIRA, 1977f, p. 25) estavam associados à escolaridade, o desdobramento lógico era a exclusão do negro da vida intelectual. Ser intelectual era um atributo cultural de elite que o negro brasileiro, dessa forma, não acessava.

A resolução dessa questão teria que advir de uma conscientização de grupo, pois o intelectual negro não estava “lidando com um assunto, [...] mas uma causa”; seus problemas possuíam “natureza política” (OLIVEIRA, 1977f, p. 26). Ao intelectual negro pesava a tarefa de descolonizar a sua mente e instruir os outros intelectuais e a sociedade em geral, inclusive os brancos, que no processo de desumanização do negro também haviam deseducado a si próprios. Era o ponto de partida para um compromisso social envolvendo novos paradigmas e instrumentos teóricos para a mudança social, plano fundado na crítica à Sociologia que tratava “mais de seus [dos negros] defeitos do que da política de opressão que ocasionou seus problemas” (OLIVEIRA, 1977f, p. 26). Em referência direta à *Black Sociology*, uma “Sociologia Negra” irromperia na cena histórica “como um passo positivo para o estabelecimento de definições básicas, conceitos e construções teóricas que utilizem as experiências e histórias dos afro-brasileiros” (OLIVEIRA, 1977f, p. 26). Nesse sentido, um projeto epistemológico se formatava em sintonia com os anseios antirracistas de jovens – e antigos – acadêmicos e militantes negros brasileiros e ensaiava a ampliação dos horizontes sociológicos para as Ciências Sociais no Brasil no final da década de 1970, projeto em grande medida elaborado com base em uma tradução particular dos princípios teórico-políticos da *Black Sociology* afro-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exemplo de W. E. B. Du Bois nos Estados Unidos, Eduardo de Oliveira e Oliveira foi influente nos movimentos negros no Brasil, principalmente, por intermédio de “redes intelectuais insurgentes” (MORRIS, 2015, p. 28, tradução nossa) e por suas ações no debate público. Du Bois exerceu influência como pensador da Sociologia em gerações de ativistas e cientistas sociais mais por seus alunos da Universidade de Atlanta e pela imprensa (foi por muitos anos editor do *The Crisis*) do que propriamente por suas obras – em seu tempo. Oliveira faleceu em 1980, aos 56 anos, e não finalizou sua tese em Sociologia na USP, além do que, pouco publicou em vida, o que contribuiu para que tenha permanecido por décadas em ostracismo – situação que vem recentemente sendo modificada (TRAPP, 2020).

Entretanto, o sociólogo foi também um intelectual público, e a proposta de uma Sociologia Negra nos anos 1970 pode ser assim entendida no domínio de redes intelectuais insurgentes e contra-hegemônicas engendradas pela militância negra brasileira nesse período, redes que se desenvolviam e dialogavam com pessoas, referenciais e experiência de outros países, como os afro-brasilianistas nos Estados Unidos e ativistas afro-latinos e africanos (SILVA, 2017). É no espaço dessas interconexões que a construção dos movimentos negros e do antirracismo na década de 1970 encontra um dos alicerces de sua inteligibilidade histórica.

As ações e o pensamento social de Eduardo de Oliveira e Oliveira, discutidos em oportunidades como a Quinzena do Negro, estiveram na base da formação política do movimento negro contemporâneo no Brasil. O autor “que nos mostrava o caminho em 1978”, como disse o poeta negro Hugo Ferreira ([2012]), ajudou a articular os fundamentos intelectuais de um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil no século XX, e seu projeto epistemológico de uma Sociologia Negra, ou uma “ciência para o negro”, pode ser considerado como uma de suas mais substanciais contribuições para a Sociologia brasileira, um projeto imaginado por meio da circulação de referenciais (PEREIRA, 2010) entre os Estados Unidos e o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Marcello F. M.; TRAPP, Rafael P. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229-252, set. 2021.
- BASTOS, Élide R. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; CAPES, 2002. p. 183-230.
- CLARK, Kenneth. Introduction to an Epilogue. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973. p. 399-413.
- COSTA, Sérgio. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editorada UFMG, 2006.
- DUBOIS, W. E. B. *Dusk of Dawn*. Nova Iorque: Harcourt Brace, 1940.
- FERREIRA, Hugo. Treze de maio de 1978, Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Recanto das Letras* [online], maio, 2012. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/3666366>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- FORSYTHE, Dennis. Radical sociology and Blacks. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973. p. 213-233.
- GEARY, Daniel. *Beyond Civil Rights: the Moynihan Report and its legacy*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 110-138.
- GLAZER, Nathan; MOYNIHAN, Daniel. *Beyond the Melting Pot*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HAMILTON, Charles. Black social scientists: contributions and problems. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973. p. 471-476.
- HARE, Nathan. The challenge of a Black scholar. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973.
- JACKSON, Maurice. Toward a sociology of Black studies. *Journal of Black Studies*, n. 2, p. 131-140, dez. 1970.
- LADNER, Joyce. Introduction. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973a. p. 21-53.
- LADNER, Joyce. Tomorrow's Tomorrow: the Black woman. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973b. p. 414-428.
- LEANDRO, Paulo R. Entre 00:20 e 01:05 min. *O negro, da senzala ao soul*. Direção: Gabriel Priolli Neto, Armando Figueiro e Delfino Araújo. São Paulo: TV Cultura, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 27 jan. 2021.

LEMARCHAND, René. [Correspondência] Destinatário: Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Carlos 14 maio 1974. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira, Série Correspondências.

MORRIS, Aldon. *The scholar denied: W. E. B. Du Bois and the birth of modern sociology*. Oakland: University of California Press, 2015.

MURRAY, Albert. White norms, Black deviation. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973. p. 96-113.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018 [1974].

NASCIMENTO, Beatriz. Entre 00:20 e 01:05 min. *O negro, da senzala ao soul*. Direção: Gabriel Priolli Neto, Armando Figueiro e Delfino Araújo. São Paulo: TV Cultura, 1977b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 27 jan. 2021.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. Etnia e Compromisso Intelectual. In: GRUPO DE TRABALHO ANDRÉ REBOUÇAS (GTAR). *Caderno de Estudos da III Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói: UFF, 1977. p. 22-27.

OLIVEIRA, Eduardo de O. e. Entre 01:15 e 3:48 min. *O negro, da senzala ao soul*. Direção: Gabriel Priolli Neto, Armando Figueiro e Delfino Araújo. São Paulo: TV Cultura, 1977b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 27 jan. 2021.

OLIVEIRA, Eduardo de O. e. *De uma ciência Para e não tanto Sobre as minorias* (rascunho), 1977d. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira, Série Produção Intelectual.

OLIVIERA, Eduardo de O. e. *De uma ciência Para e não tanto sobre o negro* (roteiro de conferência não publicada), 1977e. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira, Série Produção Intelectual.

OLIVEIRA, Eduardo de O. e. *Etnia e Compromisso Intelectual* (Rascunho), 1977c. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira, Série Produção Intelectual.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. Uma quinzena do negro. In: ARAÚJO, Emanuel (curador) *Para nunca esquecer: negras memórias, memórias de negros*. Brasília: MINC/Fundação Palmares, 2001. p. 287.

PEREIRA, Amílcar A. *O mundo negro: A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTO, Rafael. In: “Mesa Redonda com Universitários Afro-brasileiros” (transcrição de áudio de fita K-7). Acervo do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, jan./jun. 1954.

ROJAS, Fabio. *From Black Power to Black Studies: how a radical social movement became an academic discipline*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960. *Análise Social*, Lisboa, n. 225, p. 804-826, 2017.

SILVA, Sandra M. da. *O GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e universidade pública (1975-1995)*. 2018. 143 p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SMITH, William D. Black studies: a survey of models and curricula. *Journal of Black Studies*, n. 2, p. 259-272, mar. 1971.

STAPLES, Robert. What is Black Sociology? toward a sociology of Black liberation. In: LADNER, Joyce (org.). *The death of White sociology*. Nova Iorque: Vintage, 1973. p. 161-172.

TRAPP, Rafael P. *O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial: 2020.

UMA RAÇA EM BUSCA de suas raízes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1977, p. 4. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira, Série Folhetos.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Rafael Petry Trapp: Doutor em História (UFF). Professor substituto, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Barreiras, BA, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

BR-242, KM 04 s/n. bairro Flamengo, Barreiras, BA, Brasil. CEP 47802-682

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese *O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (década de 1970)*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, em 2018.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

FAPERJ

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© [Rafael Petry Trapp](#) Nome Nome do Meio Sobrenome do autor/es. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz
Êça Pereira da Silva

HISTÓRICO

Recebido em: 21 de setembro de 2021
Aprovado em: 06 de janeiro de 2022

Como citar: TRAPP, Rafael P. Traduzindo ideias: Black Sociology e a mobilização intelectual antirracista entre os Estados Unidos e o Brasil (década de 1970). *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 70-88, jan./abr. 2022.

